

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Agora vai

Dada a presença maciça dos líderes aliados na reunião do Conselho de Lula — inclusive o do PP, doutor Luizinho —, a frente ampla que o presidente prometeu formar na campanha está consolidada. Ou seja, agora é aprovar as medidas que faltam.

Sensação geral

Líderes aliados de Arthur Lira (PP-AL) acreditam que o momento é de aprovar as pautas do governo até o final do ano. A guerra ficou para a eleição de 2024.

Onde mora o perigo

No primeiro governo Lula, deu tudo certo até a eleição municipal de 2004. Ali, que surgiram o mensalão e as primeiras rusgas.

Fracasso atrás de fracasso

A Organização das Nações Unidas (ONU) não teve força nem para conter a guerra na Ucrânia nem tampouco para conseguir um cessar fogo entre Israel e o Hamas. O Conselho de Segurança, conforme avaliam os diplomatas, perdeu sua capacidade de negociação. As guerras não têm prazo para acabar.

Se quiserem as emendas, votem

A reunião do Conselho Político do presidente Lula deixou claro que haverá déficit fiscal e, agora, é preciso cuidar do tamanho desse rombo nas contas públicas, de forma a evitar corte de despesas no Orçamento de 2024. Nesse contexto, o presidente e seus ministros deixaram claro que esperam dos partidos a aprovação das propostas que o Planalto encaminhou ao Congresso para ampliar a arrecadação. Especialmente, a Medida Provisória 1185, que tem resistências na Câmara.

O governo, porém, foi incisivo, conforme relato dos líderes: não pretende cortar nada em 2024, mas, sem receita adicional, todos sabem que, se a tesourada for necessária, as emendas ao Orçamento sempre acabam ficando para depois. E, num ano eleitoral, ninguém deseja ficar a ver navios quando o assunto é dinheiro para as bases políticas.



CURTIDAS

Ed Alves/CB/DA.Press



O jogo da meta fiscal/ Cada um tem a sua: a do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é zero, a do ministro da Casa Civil, Rui Costa (foto), é 0,5% e a do deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) é 0,8%. Pelo menos, foi isso que ele defendeu na Comissão de Constituição e Justiça para quem quisesse ouvir.

Momento descontração/ Lula contou aos líderes que já está caminhando dez minutos na esteira, além de exercícios de descer e subir alguns lances de escadas no Alvorada.

Inclua-me fora dessa/ Convidado, o presidente do Republicanos, Marcos Pereira, preferiu não comparecer ao Conselho político. Pré-candidato ao comando da Câmara no ano que vem, ele quer o melhor de dois mundos, pois mira os votos do bolsonarismo, capazes de fazer a diferença na hora de concorrer.

Por falar em Presidência da Câmara... / No governo prevalece a visão de que essa eleição está muito longe para preocupar o Planalto. A ordem é aproveitar a onda boa do momento.

REFORMA TRIBUTÁRIA DEVE CORRIGIR INJUSTIÇAS

SETOR DE BEBIDAS DESTILADAS DEMANDA CARGA FISCAL ISONÔMICA PARA TODO O SETOR, QUE CRIE UM AMBIENTE CONCORRENCIAL MAIS SIMPLES, JUSTO E HARMÔNICO

Apresentado por:



Esta é a reforma tributária desejada pela sociedade brasileira. E que o setor de bebidas destiladas espera que seja o resultado do texto a ser aprovado pelo Congresso Nacional. A apresentação do relatório traz avanços; o debate na CCJ e no plenário são novas formas dos tomadores de decisão ouvirem a voz da indústria e de corrigirem erros cometidos no passado.

“A tributação mais simples precisa garantir uma carga adequada a cada setor, criando harmonia concorrencial e atacando o mercado ilegal”, destaca José Eduardo Cidade, presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD).

O setor de bebidas, por exemplo, coexiste com uma disparidade de alíquotas. A partir de 2015, as mudanças na incidência do IPI, PIS/CONFINS sobre a indústria tornaram, ainda mais agudo, o desequilíbrio competitivo entre as diferentes bebidas alcoólicas. Para o setor, as diferenças criam uma distorção injustificada. Isso porque as bebidas alcoólicas possuem, em uma dose padrão, a mesma quantidade absoluta de álcool segundo padrões internacionais. Uma taça de vinho, um drink, uma dose de destilado

DESTILADOS PAGAM, NO MÍNIMO, 4X MAIS IPI DO QUE A CERVEJA.



BEBA COM MODERAÇÃO

*TABELA TIPI

ou uma lata de cerveja, contém os mesmos 14g de álcool.

Ponto Crítico

Essa falta de isonomia faz com que os destilados recolham uma parcela maior – 34% - do IPI do setor - embora representem 12,2% do mercado. Em contrapartida, a cerveja representa 82% do mercado, e recolhe 57,7% de IPI.

De acordo com a tabela de IPI e dados da Receita Federal, os destilados pagam cerca de cinco vezes mais IPI do que a cerveja (alíquota de 3,9%), por exemplo. Ao clamar por carga fiscal isonômica no segmento, o presidente da ABBD chama a atenção dos

parlamentares para o fato de que as atuais disparidades podem se aprofundar com algumas das propostas de emendas apresentadas ao texto da PEC 45/2019. O relatório do senador Eduardo Braga, a priori, minimiza esse impacto e deve ser mantido.

O Imposto Seletivo, previsto na Reforma Tributária, deve ser uma carga tributária regulatória para minimizar o consumo de bens e serviços que podem gerar externalidades negativas. Para o presidente da ABBD, o texto do senador atendeu a esse objetivo.

Além disso, atendeu à demanda dos setores que devem ser impactados por esse novo imposto, para que ele seja regulamentado via Lei Complementar à Constituição.

Concorrência Desleal

Autor de estudos que clarificam a assimetria tributária em relação ao segmento de bebidas alcoólicas, o economista e professor da Fundação Getúlio Vargas, Gesner Oliveira, reitera que “a falta de isonomia tributária gera distorções concorrenciais”. Sem justificativas técnicas, continua. Mas contribuindo, acenadamente, para a expansão do mercado ilegal de bebidas alcoólicas, que já abocanha 36% dos destilados vendidos no país. Isso quer dizer perda de arrecadação para o governo, perda de qualidade e segurança para o consumidor - já que esses produtos não passam por controles

sanitários - e perda de competitividade para a indústria.

“Estamos vivendo um momento importante no cenário econômico brasileiro, em que a reforma tributária busca a simplificação que sempre se quis. Os parlamentares têm a chance de criação de um novo ambiente, que incentive o consumo moderado de álcool no país”, conclui o presidente da ABBD.

Portanto, a manutenção do texto do senador Eduardo Braga sobre o Imposto Seletivo, tanto na CCJ quanto no plenário, é fundamental para a construção de um ambiente regulatório justo e isonômico, que trará benefícios para a sociedade, Estado e mercado.